

Copagaz
Distribuidora de
Gás S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração de resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.860	57.647	Fornecedores	14	30.842	27.297
Contas a receber de clientes	7	110.593	85.566	Empréstimos e financiamentos	16	12.337	12.776
Estoques	8	25.344	12.887	Obrigações tributárias e sociais	17	10.821	11.763
Ativo fiscal corrente	9	11.721	20.710	Parcelamentos tributários	18	402	337
Outros créditos	11	12.803	5.537	Provisões de férias e encargos		20.643	18.583
Despesas antecipadas		<u>1.688</u>	<u>1.716</u>	Dividendos obrigatórios	21	345	527
				Outras contas a pagar	15	<u>15.686</u>	<u>8.286</u>
Total ativo circulante		208.009	184.063	Total passivo circulante		91.076	79.569
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	10	37.467	30.045
Ativo fiscal corrente	9	26.027	22.388	Empréstimos e financiamentos	16	9.648	11.177
Partes relacionadas	10	3.754	1.240	Obrigações tributárias e sociais	17	1.857	1.782
Outros créditos	11	<u>1.265</u>	<u>1.146</u>	Parcelamentos tributários	18	-	415
		31.046	24.774	Provisão para contingências	19	2.327	2.631
				Debêntures	20	16.801	15.284
				Outras contas a pagar	15	<u>10.111</u>	<u>-</u>
				Total passivo não circulante		78.211	61.334
Investimento		14	14	Patrimônio líquido	21		
Imobilizado	12	231.456	211.727	Capital social		180.000	180.000
Intangível	13	<u>22.503</u>	<u>8.973</u>	Reserva de capital		10.321	7.676
		253.973	220.714	Reserva de lucros		<u>133.420</u>	<u>100.972</u>
Total ativo não circulante		285.019	245.488	Total do patrimônio líquido		323.741	288.648
Total do ativo		<u>493.028</u>	<u>429.551</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>493.028</u>	<u>429.551</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	22	2.101.725	1.808.896
Custo dos produtos vendidos		<u>(1.609.957)</u>	<u>(1.335.985)</u>
Lucro bruto		491.768	472.911
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais	23	(376.203)	(358.093)
Despesas tributárias		(2.886)	(2.965)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	<u>170</u>	<u>7.460</u>
		<u>(378.919)</u>	<u>(353.598)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		112.849	119.313
Receitas financeiras	25	12.134	10.134
Despesas financeiras	25	<u>(39.728)</u>	<u>(35.642)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(27.594)</u>	<u>(25.508)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		85.255	93.805
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	26	(32.334)	(31.883)
Diferido	26	<u>-</u>	<u>(351)</u>
Lucro do exercício		52.921	61.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>52.921</u>	<u>61.571</u>
Lucro abrangente do exercício	<u><u>52.921</u></u>	<u><u>61.571</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016		180.000	4.597	42.480	-	227.077
Lucro líquido do exercício		-	-	-	61.571	61.571
Constituição da reserva legal		-	3.079	-	(3.079)	-
Retenção de lucros		-	-	58.492	(58.492)	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.492</u>	<u>(58.492)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>180.000</u>	<u>7.676</u>	<u>100.972</u>	<u>-</u>	<u>288.648</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	52.921	52.921
Distribuição de dividendos	21	-	-	(17.828)	-	(17.828)
Constituição da reserva legal	21	-	2.645	-	(2.645)	-
Retenção de lucros		-	-	50.276	(50.276)	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.276</u>	<u>(50.276)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>180.000</u>	<u>10.321</u>	<u>133.420</u>	<u>-</u>	<u>323.741</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	52.921	61.572
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	38.499	33.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	351
Provisão de imposto de renda e contribuição social correntes	32.334	31.883
Provisão (reversão) de contingências	(304)	12
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	9.691	9.665
Provisão de juros sobre debêntures	1.517	1.884
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	2.294	2.521
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.241	(504)
	<u>140.193</u>	<u>140.386</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(28.682)	(14.480)
Estoques	(12.457)	3.251
Despesas antecipadas	28	1.421
Ativo fiscal corrente	5.350	10.597
Outros créditos	(7.387)	(2.198)
	<u>(43.148)</u>	<u>(1.409)</u>
Variações em:		
Fornecedores	3.545	4.196
Obrigações trabalhista e tributárias	2.477	1.971
Demais contas a pagar	19.572	(3.190)
	<u>25.594</u>	<u>2.977</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	122.639	141.954
Juros pagos	(1.905)	(1.799)
Impostos pagos sobre o lucro	<u>(36.025)</u>	<u>(27.116)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	84.709	113.039
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(64.808)	(54.072)
Liberação de contrato de mútuo	(2.514)	(1.231)
Dividendos recebidos	413	392
Aquisição de ativo intangível	<u>(16.641)</u>	<u>(4.038)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(83.550)	(58.949)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	10.774	2.019
Captação de contrato de mútuo	7.422	10.814
Pagamento de empréstimo	(13.132)	(18.878)
Pagamento de dividendos	<u>(18.010)</u>	<u>(13.700)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(12.946)	(19.745)
(Redução) / Aumento líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.787)</u>	<u>34.345</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	57.647	23.302
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>45.860</u>	<u>57.647</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.787)</u>	<u>34.345</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Copagaz Distribuidora de Gás S.A, com sede na Rua Guararapes, 1855, 12º andar, Brooklin Paulista Novo, São Paulo, tem por objetivo social a exploração do comércio de gás liquefeito de petróleo, que abrange o engarrafamento e a distribuição, bem como a comercialização de derivados do petróleo, a fabricação de botijões, a importação e a exportação em geral e a participação em outras sociedades de qualquer natureza no país ou no exterior como sócia, acionista ou cotista.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de maio de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 12 e 13 - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e a amortização.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - reconhecimento e mensuração da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.
- **Nota Explicativa nº 8** - reconhecimento e mensuração da perda por obsolescência dos estoques.
- **Nota Explicativa nº 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota Explicativa nº 26** - reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

5 Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- a. Receita operacional
- b. Receitas e despesas financeiras
- c. Custos dos produtos vendidos
- d. Imposto de renda e contribuição social
- e. Estoques
- f. Imobilizado
- g. Intangível
- h. Instrumentos financeiros
- i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)
- j. Provisões
- k. Distribuição de dividendos
- l. Benefícios a empregados

- m. Mensuração a valor justo
- n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

a. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos.

c. Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos são compostos por matéria-prima, insumos e despesas gerais de fabricação.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para imposto de renda — acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 — e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão

utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão descritas na Nota Explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Intangível

O intangível é composto por licença de uso de *software* e por ágio na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada pelo método linear em cinco anos.

h. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou suspensa.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

As demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

A Companhia possui ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada ação.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em circunstâncias normais.
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento.
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

k. Distribuição de dividendos

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

l. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Mensuração do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos e financiamentos e debêntures que são mensurados a valor justo.

O CPC48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) deverão aumentar e torna-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48, pois serão considerados, para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, além dos títulos vencidos, também os títulos a vencer.

A Administração da Companhia está avaliando a norma e, em virtude do atual estágio das análises - que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança.

(ii) CPC 47 - Receita de contrato com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, entre outras.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

Até o momento, com base em sua avaliação preliminar, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30) em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às demonstrações financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia não adotou antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

(iii) CPC 06 (R2) Leases (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia pretende aplicar a o CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixa e bancos	2.736	5.424
Aplicações financeiras (a)	<u>43.124</u>	<u>52.223</u>
Total	<u>45.860</u>	<u>57.647</u>

- (a) As aplicações financeiras são representadas, principalmente, por valores investidos em títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) - emitidas pelo Tesouro Nacional e em títulos privados - Letras Financeiras (LFs), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) - emitidos por instituições financeiras. A rentabilidade média destes investimentos em 2017 equivale a 108,25% do CDI (105,48% em 2016).

7 Contas a receber de clientes

Descrição	2017	2016
Contas a receber	115.209	86.941
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	<u>(4.616)</u>	<u>(1.375)</u>
Total	<u>110.593</u>	<u>85.566</u>

Em 2017, a Companhia, com base na análise individual de cada cliente, incluiu na provisão para créditos de liquidação duvidosa 80% do valor dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do valor dos títulos vencidos há mais de 90 dias que estão sendo acompanhados pelo Departamento Jurídico e baixou os valores efetivamente incobráveis, para os quais se esgotaram todos os meios possíveis de cobrança.

Posição de títulos	2017	2016
Vencidos há mais de 360 dias	1.670	800
Vencidos há mais de 180 dias	1.922	629
Vencidos há mais de 90 dias	1.361	1.416
Vencidos há mais de 60 dias	456	701
Vencidos há mais de 30 dias	1.458	755
Vencidos até 30 dias	16.829	10.864
A vencer	<u>91.513</u>	<u>71.776</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	<u>(4.616)</u>	<u>(1.375)</u>
Total	<u>110.593</u>	<u>85.566</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.375)</u>
Constituição de provisão	(3.241)
Reversão de constituição de provisão	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(4.616)</u>

8 Estoques

Descrição	2017	2016
Matéria-prima	21.452	10.348
Material secundário	1.375	1.058
Produto acabado	2.033	1.481
Material de consumo	484	-
Total	<u>25.344</u>	<u>12.887</u>

9 Ativo fiscal corrente

Descrição	2017	2016
ICMS a recuperar	30.259	28.096
IRPJ a recuperar	1.407	1.366
CSLL a recuperar	186	262
Crédito PIS não cumulativo	424	2.327
Crédito COFINS não cumulativo	5.392	8.711
INSS a recuperar	39	2.293
IOF a recuperar	41	43
Total	<u>37.748</u>	<u>43.098</u>
Circulante	11.721	20.710
Não circulante	26.027	22.388

A segregação dos tributos a recuperar entre circulante e não circulante é como segue:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS a recuperar (a)	4.232	25.868	5.866	22.229
Crédito PIS não cumulativo (b)	424	-	2.168	-
Crédito COFINS não cumulativo (b)	5.392	-	8.711	-
Outros	1.673	159	3.965	159
Total	<u>11.721</u>	<u>26.027</u>	<u>20.710</u>	<u>22.388</u>

- (a) Os créditos não possuem data de prescrição. No montante de curto prazo, contempla o Ressarcimentos “ICMS -ST” das operações interestaduais e os créditos acumulados no Estado de São Paulo. Os valores de ressarcimento de ICMS referem-se a crédito oriundo do sistema de substituição tributária gerado na aquisição do Gás Liquefeito de Petróleo (G.L.P.). A Companhia está tomando as medidas necessárias para recuperar os créditos no prazo máximo de cinco anos.
- (b) Os créditos não possuem data de prescrição e a expectativa de realização de curto prazo foi constituída com base na projeção do fluxo de caixa para o exercício de 2018.

A Companhia, apoiada na opinião de assessores legais e fundamentada em parecer técnico emitido por especialista, registrou créditos referentes à recuperação extemporânea de PIS e COFINS (não cumulativo) incidentes sobre os insumos e algumas despesas empregadas em seu processo produtivo, levantados desde a mudança de sistemática em setembro de 2004.

O montante apurado está sendo utilizado para o pagamento das próprias contribuições referentes a PIS e a COFINS, bem como outros tributos federais, conforme movimentação demonstrada abaixo:

2003 a 2014	PIS	COFINS
Crédito apurado	16.867	78.115
Compensação	(11.552)	(54.040)
Reversão de crédito	<u>(251)</u>	<u>(1.154)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>5.064</u>	<u>22.921</u>
Crédito apurado	2.184	9.767
Compensação	<u>(5.080)</u>	<u>(23.977)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.168</u>	<u>8.711</u>
Crédito apurado	2.253	10.160
Compensação	<u>(3.997)</u>	<u>(13.479)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>424</u>	<u>5.392</u>

10 Partes relacionadas

Ativo	2017	2016
Pessoas jurídicas		
MS Adm. e Participações S.A.	34	-
Outras pessoas jurídicas	<u>16</u>	<u>13</u>
Subtotal	<u>50</u>	<u>13</u>
Pessoas físicas		
Livia Suarez Zahran	259	-
Jeannette E. Zahran	356	-
Eduardo E. Zahran Filho	484	-
Ueze E. Zahran Sobrinho	29	-
André L. C. Zahran	611	-
Guilherme L.C. Zahran	611	-
Eduardo E. Zahran	-	724
Leonardo C Zahran	<u>1.354</u>	<u>503</u>
Subtotal	<u>3.704</u>	<u>1.227</u>
Total	<u>3.754</u>	<u>1.240</u>

As operações com pessoas jurídicas e físicas referem-se a contratos de mútuo, sem incidência de juros e com vencimento indeterminado.

Passivo	2017	2016
Pessoas jurídicas		
Zahran Administrações e Participações Ltda.	332	330
MS Adm. e Participações S/A	-	64
Subtotal	<u>332</u>	<u>394</u>
Pessoas físicas		
Lucila P. Zahran (a)	17.159	15.042
Simone L. P. Zahran (a)	8.592	7.243
Ueze Elias Zahran (b)	11.384	7.366
Subtotal	<u>37.135</u>	<u>29.651</u>
Total	<u>37.467</u>	<u>30.045</u>

- (a) As operações com pessoas físicas referem-se a contratos de empréstimos, com incidência de juros de 133% do CDI ao mês e vencimento indeterminado.
- (b) As operações com pessoas físicas referem-se a contratos de empréstimos, com incidência de juros SELIC e vencimento indeterminado.

A remuneração dos administradores refere-se ao pró-labore, no montante de R\$ 56 em 2017 (R\$ 32 em 2016), e está contabilizada na rubrica “Despesas gerais” na demonstração do resultado e liquidada no próprio exercício.

11 Outros créditos

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a terceiros	7.357	4.857
Imóveis destinados à venda	1.092	1.065
Devedores diversos	3.628	240
Despesas antecipadas	172	80
Adiantamentos a funcionários	<u>1.819</u>	<u>441</u>
Total	<u>14.068</u>	<u>6.683</u>
Circulante	12.803	5.537
Não circulante	1.265	1.146

12 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	21.920	-	21.920	21.920
Imóveis	4%	72.395	(33.962)	38.433	40.514
Máquinas, motores e tanques	10% a 20%	130.152	(68.689)	61.463	57.474
Vasilhames	20%	101.423	(42.182)	59.241	48.851
Ferramentas, moldes e modelos	10%	297	(248)	49	51
Móveis, utensílios e instalações	10%	6.309	(4.868)	1.441	1.670
Veículos	10 a 20%	57.293	(35.438)	21.855	20.460
Computadores e periféricos	20%	13.156	(9.255)	3.901	3.412
Instalações industriais	10%	16.992	(7.065)	9.927	9.752
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	6.310	(5.486)	824	1.048
Imobilizado em andamento	-	12.402	-	12.402	6.575
Total		438.649	(207.193)	231.456	211.727

Movimentação do imobilizado em 2016

Descrição	2015	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	2016
Terrenos	20.231	2.204	-	-	(515)	21.920
Imóveis	35.925	1.701	(2.169)	5.057	-	40.514
Máquinas, motores e tanques	57.963	5.490	(6.049)	84	(14)	57.474
Vasilhames	40.060	28.383	(13.879)	(62)	(5.651)	48.851
Ferramentas, moldes e modelos	62	1	(12)	-	-	51
Móveis, utensílios e instalações	1.855	293	(476)	-	(1)	1.671
Veículos	22.717	7.150	(7.830)	-	(1.577)	20.460
Computadores e periféricos	1.917	2.022	(974)	447	-	3.412
Instalações industriais	11.813	888	(1.042)	-	(1.907)	9.752
Benfeitorias em bens de terceiros	1.184	109	(246)	-	-	1.047
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	3	-	(3)	-	-
Imobilizado em andamento	6.270	5.828	-	(5.523)	-	6.575
Total	199.997	54.072	(32.677)	-	(9.665)	211.727

Movimentação do imobilizado em 2017

Descrição	2016	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	2017
Terrenos	21.920	-	-	-	-	21.920
Imóveis	40.514	70	(2.151)	-	-	38.433
Máquinas, motores e tanques	57.474	9.417	(5.366)	-	(62)	61.463
Vasilhames	48.851	34.466	(16.891)	-	(7.185)	59.241
Ferramentas, moldes e modelos	51	7	(9)	-	-	49
Móveis, utensílios e instalações	1.670	145	(373)	-	(1)	1.441
Veículos	20.460	11.978	(8.167)	-	(2.416)	21.855
Computadores e periféricos	3.412	1.700	(1.211)	-	-	3.901
Instalações industriais	9.752	1.198	(996)	-	(27)	9.927
Benfeitorias em bens de terceiros	1.048	-	(224)	-	-	824
Imobilizado em andamento	6.575	5.827	-	-	-	12.402
Total	211.727	64.808	(35.388)	-	(9.691)	231.456

13 Intangível

	Taxa de amortização	2017			2016
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Licenças de uso	20 %	28.370	6.041	22.329	8.748
Bens intangíveis	20 %	4.775	4.601	174	225
Total		33.145	10.642	22.503	8.973

Movimentação do intangível em 2016

Descrição	Taxa de amortização	2015	Adições	Depreciação	2016
Licenças de uso	20 %	4.976	4.038	(266)	8.748
Bens intangíveis	20 %	284	-	(59)	225
Total		5.260	4.038	(325)	8.973

Movimentação do intangível em 2017

Descrição	Taxa de amortização	2016	Adições	Depreciação	2017
Licenças de uso	20 %	8.748	16.641	(3.060)	22.329
Bens intangíveis	20 %	225	-	(51)	174
Total		8.973	16.41	(3.111)	22.503

A adição em licenças de uso ocorrida em 2017 no valor de R\$ 16.641 refere-se aos custos de aquisição do software de gestão empresarial (SAP). Estes custos serão amortizados no período de cinco anos, com início em junho de 2017

14 Fornecedores

	2017	2016
Aquisição de matéria-prima	6.922	6.263
Fretes e transportes	7.629	4.745
Aquisição de bens do ativo imobilizado	5.262	9.453
Despesas com clientes	1.734	1.495
Despesas com benefícios a empregados	1.234	971
Serviços prestados por terceiros	2.219	1.838
Manutenção e reparos	2.639	870
Demais despesas	3.203	1.662
Total	<u>30.842</u>	<u>27.297</u>

15 Outras contas a pagar

Descrição	2017	2016
PLR - Participação nos lucros (a)	2.638	3.066
Prêmio de seguros a vencer	73	283
Indenização judicial	3	159
Adiantamento de clientes	3.013	2.080
Aquisição de imóvel - BA (b)	-	1.043
T-Systems do Brasil S.A (c)	9.717	-
TCC - CADE (d)	9.815	-
Outras contas	538	1.655
Total	<u>25.797</u>	<u>8.286</u>
Circulante	15.686	8.286
Não circulante	10.111	-

- (a) A PLR foi definida em outubro de 2017, por meio de convenção coletiva de trabalho, no valor equivalente a 190% do salário vigente em setembro de 2017 (190% em 2016). O pagamento foi acordado em duas parcelas: a primeira no valor equivalente a 160%, paga em 2017; e a segunda no valor equivalente a 30%, a ser paga em abril de 2018.
- (b) Corresponde ao protocolo de intenções celebrado com o Município de São Francisco do Conde, que tem por objetivo a doação modal de uma área de terra de propriedade deste Município à Companhia em contrapartida à realização de obras e serviços públicos que serão doados ao Município no respectivo valor, conforme definido no protocolo.

- (c) Refere-se a contratação da empresa T-Systems para implantação integral do projeto da solução SAP na Copagaz.
- (d) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67.

16 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa	2017	2016
Capital de giro	de 110,5% a 110,9%		
FINAME	do CDI e 0,753% a 0,88% a.m.	3.733	1.704
Leasing Financeiro	de 2,5% a.a. a 8,70 % a.a.	14.326	17.399
	de 0,30% a.m. a 1,22% a.m.	<u>3.926</u>	<u>4.850</u>
Total		<u>21.985</u>	<u>23.953</u>
Circulante		12.337	12.776
Não circulante		9.648	11.177

A movimentação dos empréstimos no exercício foi como segue:

Descrição	2017	2016
Saldo anterior	23.953	40.090
Adições - novos contratos	10.774	2.019
Pagamento do principal	(13.132)	(18.878)
Pagamento de juros	(1.905)	(1.799)
Provisão de juros	<u>2.295</u>	<u>2.521</u>
Total	<u>21.985</u>	<u>23.953</u>

Foram oferecidos como garantias dos empréstimos aval dos acionistas e direitos de créditos.
 Não há cláusulas de *covenants*.

Os vencimentos de longo prazo são conforme seguem:

Descrição	2017
2019	7.211
2020	<u>2.437</u>
Total	<u>9.648</u>

Descrição	2016
2018	7.970
2019	2.706
2020	<u>501</u>
Total	<u>11.177</u>

17 Obrigações tributárias e sociais

Descrição	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	4.153	1.918
Programa de Integração Social (PIS) (a)	498	495
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	1.536
Contribuição Social Sobre Lucro (CSSL)	236	2.391
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (a)	4.616	4.304
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.765	1.585
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.032	949
Outros (a)	<u>378</u>	<u>367</u>
Total	<u>12.678</u>	<u>13.545</u>
Circulante	10.821	11.763
Não circulante	1.857	1.782

- (a) A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da natureza, das modificações de alíquotas e o alargamento da base de cálculo de alguns impostos e encargos sociais, no intuito de obter liminar para o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado. Com isso, a Companhia obteve liminar para não recolher impostos e encargos sociais, no montante total de R\$ 1.857 (R\$ 1.782, em 31 de dezembro de 2016), atualizados monetariamente.

	2017	2016
Programa de Integração Social (PIS) (a)	497	485
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (a)	<u>1.360</u>	<u>1.297</u>
Total	<u>1.857</u>	<u>1.782</u>

18 Parcelamentos tributários

Descrição	2017	2016
Parcelamento Lei nº 11.941/09		
IRPJ	2.460	2.460
CSLL	875	875
PIS	784	784
Atualização de TJLP	361	342
Anistia das multas e juros (90% e 40%)	(1.160)	(1.160)
Utilização do prejuízo fiscal	(1.403)	(1.403)
Amortizações	<u>(1.515)</u>	<u>(1.146)</u>
Total	<u>402</u>	<u>752</u>
Circulante	402	337
Não circulante	-	415

A movimentação dos parcelamentos tributários no exercício ocorreu como segue:

Descrição	
Parcelamento Lei nº 11.941/09	
IRPJ	2.460
CSLL	875
PIS	784
Anistia das multas e juros (90% e 40%)	(1.160)
Atualização de TJLP	342
Utilização do prejuízo fiscal	(1.403)
Amortizações	<u>(1.146)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>752</u>
Atualização de TJLP	19
Amortizações	<u>(369)</u>
Saldo em 31/12/2017	<u>402</u>

19 Provisões para contingência

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 2.327 (R\$ 2.631 em 2016), conforme a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme segue:

Descrição	2017	2016
Provisões tributárias	255	246
Provisões trabalhistas	2.338	2.338
Provisões cíveis	3.092	3.092
(-) Depósitos judiciais	<u>(3.358)</u>	<u>(3.045)</u>
Total	<u>2.327</u>	<u>2.631</u>

Movimentação de provisões e depósitos judiciais

Descrição	Provisões	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 2015	5.664	(3.270)	2.394
Adições	12	(482)	(470)
Baixas	<u>-</u>	<u>707</u>	<u>707</u>
Saldo em 2016	5.676	(3.045)	2.631
Adições	9	(365)	(356)
Reversão - (a)			
Baixas	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>52</u>
Saldo em 2017	<u>5.685</u>	<u>(3.358)</u>	<u>2.327</u>

- (a) Reversão de provisão de natureza tributária conforme probabilidade de perda definida por assessores jurídicos contratados pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversos outros processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações.

A Companhia contratou carta de fiança no montante de R\$ 19.179 (R\$ 25.209 em 2016) para garantia de processo tributário. O custo médio ponderado dessas garantias é de 1,60% a 2,60% a.a. A contragarantia para a emissão dessas cartas de fiança é aval da Companhia.

Em 2017, o saldo dos processos passivos movidos contra a Companhia, cuja expectativa de perda é considerada possível, totaliza R\$ 97.531 (R\$ 93.595 em 2016).

Cível	27.843
Trabalhista	7.897
Tributário (a)	<u>61.791</u>
Total	<u>97.531</u>

- (a) Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R\$ 47.346 (R\$ 44.604 em 2016).

20 Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013, foi aprovada a emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00 cada, em série única, não conversíveis em ações.

As debêntures possuem vencimento indeterminado, poderão ser repactuadas mediante aprovação de, no mínimo, 51% dos debenturistas, ser resgatadas a qualquer tempo, por deliberação de Assembleia Geral dos Acionistas, e serão remuneradas com base na aplicação de juros fixos de 8% ao ano.

A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures dessas emissões, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido de remuneração devida e deduzido da amortização efetuada. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas ou mantidas em Tesouraria:

Emissão Série	Data	Quantidades emitidas	
		(em milhares)	Valor nominal
Única	28 de fevereiro de 2014	7.000	7.000
Única	15 de maio de 2015	1.000	1.000
Única	26 de junho de 2015	2.600	2.600
Única	30 de junho de 2015	800	800
Juros incorridos	-	-	3.884
Saldo em 2016		11.400	15.284
Juros incorridos	-	-	1.517
Saldo em 2017		11.400	16.801

21 Patrimônio líquido

Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia de R\$ 52.407 para R\$ 180.000, por meio da emissão de 127.592.646 novas ações, o capital social foi integralizado com reserva de lucros.

	Nº de ações	Capital Social em 2014		Aumento de Capital		Capital Social em 2015			
		Valor das ações	% do capital	Nº de ações	Valor das ações	% do capital	Nº de ações	Valor das ações	% do capital
Acionistas MS Adm. e Partic. S.A. Ueze Zahran Participações Ltda.	52.407.315	52.407	99,99	127.592.551	127.593	99,99	179.999.866	180.000	99,99
	39	-	0,01	95	-	0,01	134	-	0,01
Total	52.407.354	52.407	100	127.592.646	127.593	100	180.000.000	180.000	100

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício ajustado	52.921	61.571
Constituição da reserva legal	<u>(2.645)</u>	<u>(3.079)</u>
Lucros disponíveis para distribuição	<u>50.276</u>	<u>58.492</u>

Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos arts. 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício de 2016, a Companhia não realizou distribuição de dividendos. Em 29 de Junho de 2017, a Companhia realizou a distribuição no montante de R\$ 17.828, com a anuência de todos os acionistas, referentes aos lucros acumulados dos exercícios.

22 Receita operacional líquida

	2017			2016		
	Receita de produtos	Receita de serviços	Receita líquida	Receita de produtos	Receita de serviços	Receita líquida
Receita bruta	2.112.983	6.261	2.119.244	1.814.209	3.993	1.818.202
Devoluções	(16.617)		(16.617)	(6.202)	-	(6.202)
Impostos incidentes:						
ICMS	(10)		(10)	(2.480)	-	(2.480)
PIS	(12)	(100)	(112)	(17)	(66)	(83)
COFINS	(55)	(461)	(516)	(76)	(303)	(379)
ISS	-	(263)	(263)	-	(4)	(4)
INSS	-	(1)	(1)	-	(158)	(158)
Total	<u>2.096.289</u>	<u>5.436</u>	<u>2.101.725</u>	<u>1.805.434</u>	<u>3.462</u>	<u>1.808.896</u>

23 Despesas gerais

Descrição	2017	2016
Despesas com pessoal	(173.533)	(160.595)
Despesas de depreciação	(20.063)	(18.879)
Despesas com serviços tomados	(38.779)	(33.474)
Despesas com frete e frota própria	(75.917)	(79.635)
Despesas com clientes	(27.625)	(27.402)
Despesas com comunicação	(5.553)	(4.960)
Despesas com aluguéis e manutenção predial	(12.691)	(13.238)
Demais despesas	<u>(22.042)</u>	<u>(19.910)</u>
Total	<u><u>(376.203)</u></u>	<u><u>(358.093)</u></u>

24 Outras receitas operacionais líquidas

Descrição	2017	2016
Ganho processo judicial	1.383	135
Receita quebra de contrato de cliente	172	-
Estorno de créditos federais	23	3.468
Dividendos recebidos	452	387
Estorno saldo credor de ICMS	(130)	-
Resultado na venda de imobilizado (a)	8.235	3.470
TCC - CADE (b)	(9.965)	-
Total	<u><u>170</u></u>	<u><u>7.460</u></u>

- (a) O resultado na venda de imobilizado foi formado, principalmente, pela venda de vasilhames com capacidade de 13Kg (P13) à nossa rede de representantes cujo resultado em 2017 foi de R\$ 6.496 (R\$ 2.808 em 2016) e pela venda de caminhões para renovação da frota que resultou R\$ 1.586 em 2017 (R\$ 1.441 em 2016).
- (b) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67.

25 Despesas (receitas) financeiras, líquidas

Receitas	2017	2016
Rendimentos de aplicação financeira	5.276	3.652
Juros	6.515	5.105
Variações monetárias	25	382
Descontos obtidos	138	75
Outras receitas financeiras	<u>180</u>	<u>920</u>
Total	<u><u>12.134</u></u>	<u><u>10.134</u></u>

Despesas	2017	2016
Juros	(10.183)	(11.258)
Variação monetária	(581)	(548)
Despesas bancárias	(4.320)	(3.640)
Descontos concedidos	(24.455)	(20.157)
Multas	(189)	(39)
Total	<u>(39.728)</u>	<u>(35.642)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	2017	2016
Lucro antes das provisões tributárias	85.255	93.805
(x) Aplicação das alíquotas	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos pelas alíquotas fiscais	28.986	31.893
Despesas não dedutíveis	4.770	4.669
Receitas não tributáveis	<u>(1.422)</u>	<u>(4.328)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>32.334</u>	<u>32.234</u>
Alíquota efetiva	38%	34%

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros com responsabilidade civil era de R\$ 5.000 e seguro corporativo de R\$ 15.000.

28 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, bem como de metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Instrumentos financeiros

Todas as operações com Instrumentos Financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Descrição	2017		2016	
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativos				
Caixa e bancos conta movimento	-	2.736	-	5.424
Aplicações financeiras	43.124	-	52.223	-
Contas a receber de clientes	-	110.593	-	85.566
Outros créditos	-	12.803	-	5.537
Passivos				
Fornecedores	-	30.842	-	27.297
Outras contas a pagar	-	15.686	-	8.286

- **Aplicações financeiras:** São definidas como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, em função do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, outros créditos e fornecedores:** São classificadas como empréstimos e recebíveis, e mensuradas pelo método do custo amortizado.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis de clientes. Considerando a pulverização da carteira de cliente, a Administração entende que o risco de crédito está controlado e não é significativo.

Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Valor contábil	
	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	2.736	5.424
Aplicações financeiras	43.124	52.223
Contas a receber de clientes	110.593	85.566
Outros créditos	12.803	5.537
Total	169.256	148.750

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para poder cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de até 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Maior que 3 anos
Ativos financeiros não derivativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2.736	2.736	-	-	-
Aplicações financeiras	43.124	43.124	-	-	-
Contas a receber de clientes	110.593	110.593	-	-	-
Outros créditos	12.803	12.803	-	-	-
	169.256	169.256	-	-	-
Passivos financeiros não derivativos					
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Maior que 3 anos
Fornecedores	30.842	30.842	-	-	-
Outras contas a pagar	15.686	15.686	-	-	-
	46.528	46.528	-	-	-

Risco cambial

A Companhia não efetua vendas nem opera com outras moedas.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variações nas taxas de juros, indexadas as suas aplicações financeiras. Por tratar-se de renda fixa (pós-fixada), os fundos são conservadores e com baixo risco. O único risco é o de as taxas de juros de mercado não corresponderem às expectativas ou ficarem estáveis.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

A Companhia também mantém empréstimos com partes relacionadas, os quais não considera risco, pois são contratados a taxas prefixadas.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações financeiras	43.124	52.223

Análise de sensibilidade - Taxas de juros

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros, a Administração adotou, para o cenário provável, as mesmas taxas utilizadas na data do balanço. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de alíquotas de 25% e 50%, respectivamente, enquanto os cenários IV e V foram estimados com desvalorizações adicionais de 25% e 50%, respectivamente, para o cenário provável.

A tabela abaixo mostra os possíveis impactos sobre os resultados para cada um dos cenários:

	Valor da exposição	CDI taxa 31/12/17	Cenários				
			I Provável	II 25 %	III 50%	IV (25%)	V (50%)
Depósitos bancários, juros ganhos (CDI)	43.124	7%	3.019	3.77 4	4.529	2.264	1.509

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado das vendas e do custo dos produtos vendidos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoa, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para os quotistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

e. Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações. A Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Caixa e bancos	2.736	5.424	2.736	5.424
Aplicações financeiras	43.124	52.223	43.124	52.223
Contas a receber	110.593	85.566	110.593	85.566
Outros créditos	12.803	5.537	12.803	5.537
Passivos				
Fornecedores	30.842	27.297	30.842	27.297
Outras contas a pagar	15.686	8.286	15.686	8.286

Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Contábil CPC nº 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

O Pronunciamento Contábil nº 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados de ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

f. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

* * *

Diretoria

Ueze Elias Zahran
Administrador

Contador

Sandra Ines Ribeiro
CRC 1SP157725-4 O